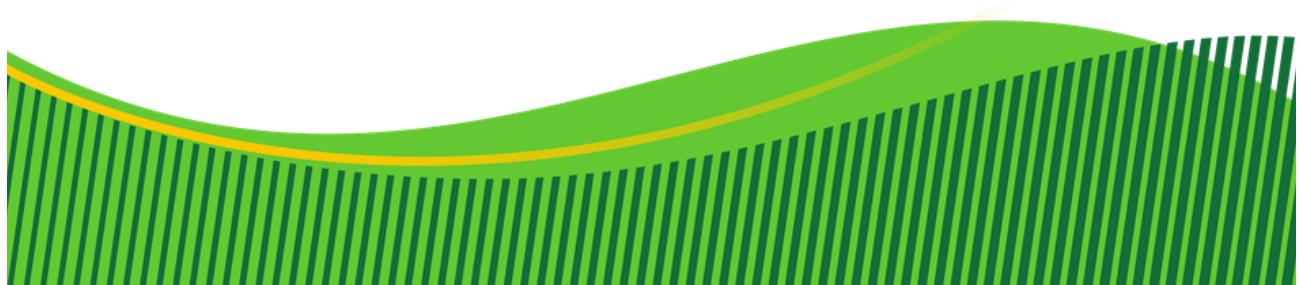


# Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito, Poupança e  
Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi  
Celeiro Centro Oeste**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil**





Centro Empresarial Mostardino  
Av. Mostardino, 322  
10º andar - Molheiros do Vento  
90430-000 - Porto Alegre, RS, Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
[www.ey.com](http://www.ey.com)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e Associados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste**  
Sao Gabriel do Oeste - MS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

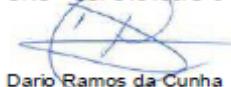
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 28P015198/O-6

  
Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste  
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>601.069</b>	<b>427.207</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>377.522</b>	<b>229.079</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	10.485	7.621	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	62.251	49.198
RELACÕES INTERFINANCEIRAS		177.608	138.632	Depósitos à Vista		57.558	47.336
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2	1	Depósitos a Prazo		4.693	1.862
Correspondentes no país		661	382	<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>		<b>231.906</b>	<b>145.263</b>
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	176.945	138.249	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		4	25
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	(NOTA 06)	<b>387.107</b>	<b>264.266</b>	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 12)	231.902	145.238
Operações de Crédito		400.062	274.779	<b>RELACÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>		<b>626</b>	<b>344</b>
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.955)	(10.513)	Recursos em Trânsito de Terceiros		626	344
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>18.465</b>	<b>12.073</b>	<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO</b>	(NOTA 13)	<b>37.932</b>	<b>-</b>
Créditos por Avais e Fianças Honrados		160	2	Emprestimos País - Outras Instituições		37.932	-
Rendas a Receber		933	1.170	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>		<b>44.807</b>	<b>34.274</b>
Diversos	(NOTA 07)	17.881	11.043	Cobrança e Arrecadação de Tributos		129	49
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(509)	(142)	Sociais e Estatutárias		2.729	1.798
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>	(NOTA 08)	<b>7.404</b>	<b>4.615</b>	Fiscais e Previdenciárias		1.083	1.110
Outros Valores e Bens		7.350	4.686	Diversas	(NOTA 14)	40.866	31.317
(Provisão para desvalorização)		(98)	(189)				
Despesas Antecipadas		152	118				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>65.888</b>	<b>39.577</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>162.622</b>	<b>142.419</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		65.888	39.577	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		162.622	142.419
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>	(NOTA 05)	<b>444</b>	<b>260</b>	<b>DEPÓSITOS</b>	(NOTA 11)	<b>153.131</b>	<b>142.047</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		444	260	Depósitos a Prazo		153.131	142.047
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	(NOTA 06)	<b>33.063</b>	<b>13.771</b>	<b>RELACÕES INTERFINANCEIRAS</b>	(NOTA 12)	<b>9.491</b>	<b>372</b>
Operações de Crédito		35.945	17.838	Repasses Interfinanceiros		9.491	372
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(2.882)	(4.067)				
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>743</b>	<b>181</b>				
Diversos	(NOTA 07)	759	184				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(16)	(3)				
<b>INVESTIMENTOS</b>	(NOTA 09)	<b>13.661</b>	<b>10.831</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>126.813</b>	<b>95.286</b>
Outros Investimentos		13.661	10.831	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	(NOTA 16)	62.671	48.987
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	(NOTA 10)	<b>15.243</b>	<b>11.972</b>	De Domiciliados no País		65.273	50.172
Outras Imobilizações de Uso		19.171	15.726	(Capital a Realizar)		(2.602)	(1.185)
(Depreciação acumulada)		(3.928)	(3.754)	<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>		53.287	37.326
<b>INTANGÍVEL</b>	(NOTA 10)	<b>2.734</b>	<b>2.562</b>	<b>SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS</b>		<b>10.855</b>	<b>8.973</b>
Outros Ativos Intangíveis		5.177	4.362				
(Amortização acumulada)		(2.443)	(1.800)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>666.957</b>	<b>466.784</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>666.957</b>	<b>466.784</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste  
CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>41.170</b>	-	<b>41.170</b>	<b>76.489</b>	-	<b>76.489</b>	<b>60.432</b>	-	<b>60.432</b>
Operações de Crédito	41.153	-	41.153	76.455	-	76.455	59.605	-	59.605
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	17	-	17	34	-	34	827	-	827
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(18.436)</b>	<b>(486)</b>	<b>(18.922)</b>	<b>(36.466)</b>	<b>(791)</b>	<b>(37.257)</b>	<b>(31.401)</b>	<b>(352)</b>	<b>(31.753)</b>
Operações de Captação no Mercado	(5.556)	(12)	(5.568)	(13.392)	(22)	(13.414)	(16.470)	(15)	(16.485)
Operações de Empréstimos e Repasses	(8.930)	(474)	(9.404)	(15.368)	(769)	(16.137)	(7.575)	(337)	(7.912)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(3.950)	-	(3.950)	(7.706)	-	(7.706)	(7.356)	-	(7.356)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>22.734</b>	<b>(486)</b>	<b>22.248</b>	<b>40.023</b>	<b>(791)</b>	<b>39.232</b>	<b>29.031</b>	<b>(352)</b>	<b>28.679</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais</b>	<b>(8.741)</b>	<b>1.790</b>	<b>(6.951)</b>	<b>(14.102)</b>	<b>3.313</b>	<b>(10.789)</b>	<b>(8.485)</b>	<b>2.466</b>	<b>(6.019)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.675	3.569	7.244	6.549	6.737	13.286	5.083	4.746	9.829
Rendas de Tarifas Bancárias	3.485	-	3.485	6.571	-	6.571	5.068	-	5.068
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(10.878)	(739)	(11.617)	(20.514)	(1.368)	(21.882)	(17.569)	(916)	(18.485)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(7.722)	(746)	(8.468)	(14.582)	(1.397)	(15.979)	(11.835)	(957)	(12.792)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(10)	(179)	(189)	(17)	(338)	(355)	(26)	(239)	(265)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	8.976	194	9.170	19.130	247	19.377	30.014	395	30.409
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(6.267)	(309)	(6.576)	(11.239)	(568)	(11.807)	(19.220)	(563)	(19.783)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>13.993</b>	<b>1.304</b>	<b>15.297</b>	<b>25.921</b>	<b>2.522</b>	<b>28.443</b>	<b>20.546</b>	<b>2.114</b>	<b>22.660</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(264)</b>	<b>(14)</b>	<b>(278)</b>	<b>(289)</b>	<b>32</b>	<b>(257)</b>	<b>167</b>	<b>(2)</b>	<b>165</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>13.729</b>	<b>1.290</b>	<b>15.019</b>	<b>25.632</b>	<b>2.554</b>	<b>28.186</b>	<b>20.713</b>	<b>2.112</b>	<b>22.825</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>349</b>	<b>349</b>	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	202	202	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	147	147	-	-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>13.729</b>	<b>1.639</b>	<b>15.368</b>	<b>25.632</b>	<b>2.554</b>	<b>28.186</b>	<b>20.713</b>	<b>2.112</b>	<b>22.825</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>2.554</b>	<b>(2.554)</b>	-	<b>2.112</b>	<b>(2.112)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>13.729</b>	<b>1.639</b>	<b>15.368</b>	<b>28.186</b>	-	<b>28.186</b>	<b>22.825</b>	-	<b>22.825</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(17.331)</b>	-	<b>(17.331)</b>	<b>(13.852)</b>	-	<b>(13.852)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.322)	-	(4.322)	(3.491)	-	(3.491)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.086)	-	(1.086)	(897)	-	(897)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(9.770)	-	(9.770)	(8.076)	-	(8.076)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.153)	-	(2.153)	(1.388)	-	(1.388)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>10.855</b>	-	<b>10.855</b>	<b>8.973</b>	-	<b>8.973</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**(Em milhares de Reais)**

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste**  
**CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>37.132</b>	<b>25.146</b>	<b>5.434</b>	<b>67.712</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(2.114)	(2.114)
Destinações para reservas	-	2.716	(2.716)	-
Outras destinações	-	-	(604)	(604)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	9.897	-	-	9.897
Baixas de capital	(1.390)	-	-	(1.390)
Resultado do período	-	-	22.825	22.825
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(897)	(897)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.076	(8.076)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.348	-	(3.491)	(143)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.388	(1.388)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>48.987</b>	<b>37.326</b>	<b>8.973</b>	<b>95.286</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>11.855</b>	<b>12.180</b>	<b>3.539</b>	<b>27.574</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>48.987</b>	<b>37.326</b>	<b>8.973</b>	<b>95.286</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	443	-	(4.400)	(3.957)
Destinações para reservas	-	4.038	(4.038)	-
Outras destinações	-	-	(535)	(535)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	10.909	-	-	10.909
Baixas de capital	(1.753)	-	-	(1.753)
Resultado do período	-	-	28.186	28.186
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.086)	(1.086)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.770	(9.770)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.085	-	(4.322)	(237)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.153	(2.153)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>62.671</b>	<b>53.287</b>	<b>10.855</b>	<b>126.813</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>13.684</b>	<b>15.961</b>	<b>1.882</b>	<b>31.527</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)</b>	<b>53.825</b>	<b>41.364</b>	<b>12.818</b>	<b>108.007</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	5.681	-	-	5.681
Baixas de capital	(920)	-	-	(920)
Resultado do período	-	-	15.368	15.368
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.086)	(1.086)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.770	(9.770)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.085	-	(4.322)	(237)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.153	(2.153)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>62.671</b>	<b>53.287</b>	<b>10.855</b>	<b>126.813</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>8.846</b>	<b>11.923</b>	<b>(1.963)</b>	<b>18.806</b>

**As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**(Em milhares de Reais)**

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste**  
**CNPJ/MF nº 03.566.655/0001-10**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>15.658</b>	<b>31.044</b>	<b>22.384</b>
Resultado do semestre/exercício	15.368	28.186	22.825
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>290</b>	<b>2.858</b>	<b>(441)</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	80	1.256	(687)
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(94)	(91)	(290)
Provisão para desvalorização de outros créditos	283	381	27
Depreciação do imobilizado de uso	744	1.329	831
Amortização do intangível	320	643	386
Baixas do ativo permanente	177	232	90
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(7)	8	(27)
Destinações ao FATES	(1.086)	(1.086)	(897)
Dividendos SicrediPar	(127)	186	126
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(13.283)</b>	<b>14.568</b>	<b>(17.787)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(17)	(184)	(32)
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.606	-	6
Redução em créditos vinculados	-	-	45
(Aumento) em relações com correspondentes	(506)	(279)	(32)
(Aumento) em operações de crédito	(101.566)	(143.390)	(71.652)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	52.475	95.762	29.866
(Aumento) em outros créditos	(1.701)	(7.521)	(3.030)
(Aumento) em outros valores e bens	(3.454)	(2.698)	(3.762)
Aumento (Redução) em depósitos	(27.986)	24.136	46.214
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	24	282	(124)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	37.932	37.932	(5.372)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(464)	(1.130)	(1.065)
(Redução) Aumento em outras obrigações	24.374	11.658	(8.849)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>2.375</b>	<b>45.612</b>	<b>4.597</b>
Aquisição de Investimentos	(2.791)	(2.830)	(1.640)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.023)	(4.835)	(6.613)
Aplicações no Intangível	(470)	(814)	(752)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(6.284)</b>	<b>(8.479)</b>	<b>(9.005)</b>
Integralização de capital	5.681	10.909	9.897
Baixa de capital	(920)	(1.753)	(1.390)
Juros ao capital próprio	(237)	(237)	(143)
Distribuição de Sobras	-	(4.492)	(2.718)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>4.524</b>	<b>4.427</b>	<b>5.646</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>615</b>	<b>41.560</b>	<b>1.238</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	186.815	145.870	144.632
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	187.430	187.430	145.870

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/09/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA</b>	(32.164)	411	(31.753)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.767)	411	(7.356)
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(12.443)	(349)	(12.792)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(19.721)	(62)	(19.783)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2018.

## **NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

### **d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### **e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### **f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### **g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira**

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

### **h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

### **i) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

### **j) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

### **k) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível”.

#### I) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

#### o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

#### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	10.485	7.621
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	176.945	138.249
Total	187.430	145.870

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

#### NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	444	260
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	444	260
Total realizável a longo prazo	444	260

## NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	221.388	23.117	244.505	191.608
Financiamentos	9.502	3.337	12.839	3.466
Financiamentos rurais e agroindustriais	169.172	9.491	178.663	97.543
Carteira total	400.062	35.945	436.007	292.617

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	160	-	160	2
Devedores por compra de valores e bens	470	758	1.228	334
Títulos e créditos a receber (i)	12.543	1	12.544	7.627
Total	13.173	759	13.932	7.963

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

### b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	148.636	114.127	743	571
Nível B	1,00	212.783	137.158	2.316	1.372
Nível C	3,00	56.367	23.222	1.691	697
Nível D	10,00	16.076	10.040	1.608	1.004
Nível E	30,00	4.129	2.495	1.239	748
Nível F	50,00	5.236	5.994	2.618	2.997
Nível G	70,00	1.885	692	1.320	484
Nível H	100,00	4.827	6.852	4.827	6.852
Total (i)		449.939	300.580	16.362	14.725

### c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2017			2016
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira
Pessoas Físicas	2.816	48.718	151.756	15.456	218.746
Rural	311	24.098	144.763	9.491	178.663
Industrial	7	1.585	1.067	305	2.964
Comércio	940	11.893	13.699	6.192	32.724
Outros Serviços	293	4.973	6.316	5.260	16.842
Total	4.367	91.267	317.601	36.704	449.939
					300.580

### d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	48.654	10,81	38.340	12,76
50 devedores seguintes	127.923	28,43	89.607	29,81
100 devedores seguintes	95.814	21,29	64.983	21,62
Demais	177.548	39,46	107.650	35,81
Total	449.939	100	300.580	100

### e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	14.725	15.385
Constituição de provisão	7.706	7.356
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.069)	(8.016)
Saldo final	16.362	14.725

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.552 (2016 - R\$ 2.985 ), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.181 (2016 - R\$ 5.399 ).

#### NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	246	229
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.884	1.795
Devedores por compra de valores e bens	470	151
Devedores por depósitos em garantia	268	296
Impostos e contribuições a compensar	450	254
Títulos e créditos a receber	12.543	7.626
Valores honrados	308	7
Operações com cartões	42	25
Pendências a regularizar	173	50
Outros	497	610
Total Circulante	17.881	11.043

Devedores por compra de valores e bens	758	183
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	759	184

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

#### NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	7.350	4.686
Imóveis	7.283	4.444
Veículos e afins	47	86
Bens em regime especial	20	156
Despesas antecipadas	152	118
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(98)	(189)
Total Circulante	7.404	4.615

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 98 (2016 - R\$ 189) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

#### NOTA 09 – INVESTIMENTOS

<b>Registrados ao custo de aquisição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	6.724	3.894
Sicredi Participações S.A.	6.936	6.936
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	13.661	10.831

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	<b>Sicredi Participações S.A.</b>		<b>Sicredi Fundos Garantidores</b>		<b>Cooperativa Central</b>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Número de ações/quotas possuídas	<b>2.249.469 ON</b>	2.249.469 ON	1	1	<b>6.724.194</b>	3.894.376
	<b>4.686.497 PN</b>	4.686.497 PN	<b>Quotas</b>	Quotas	<b>Quotas</b>	Quotas
Percentual de participação	<b>0,79%</b>	0,80%	<b>0,61%</b>	0,63%	<b>17,01%</b>	11,72%
Capital social	<b>874.847</b>	869.279	<b>164</b>	165	<b>39.522</b>	33.215
Patrimônio líquido	<b>893.040</b>	911.739	<b>240.569</b>	204.709	<b>41.926</b>	35.663
Lucro líquido do exercício	<b>16.863</b>	41.442	<b>35.861</b>	10.965	<b>135</b>	308
Valor do investimento	<b>6.936</b>	6.936	1	1	<b>6.724</b>	3.894

#### NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	19.171	(3.928)	15.243	11.972
Imobilizações em curso	-	1.661	-	1.661	5.069
Instalações	10%	7.871	(1.492)	6.379	4.243
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.045	(615)	4.430	1.230
Sistema de comunicação	10%	178	(29)	149	82
Sistema de processamento de dados	20%	3.715	(1.553)	2.162	1.202
Sistema de segurança	10%	342	(132)	210	73
Sistema de transporte	20%	359	(107)	252	73
Intangível (i)		5.177	(2.443)	2.734	2.562
Investimentos Confederação		5.149	(2.440)	2.709	2.534
Outros ativos intangíveis		28	(3)	25	28
Total		24.348	(6.371)	17.977	14.534

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

#### NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	57.558	-	-	57.558	47.336
Depósitos a prazo	1.394	3.299	153.131	157.824	143.909
Total	58.952	3.299	153.131	215.382	191.245

#### NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	168.856	97.087
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	168.856	97.087
Outros Recursos	63.046	48.151
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	63.046	48.151
Total circulante	231.902	145.238

Recursos do Crédito Rural	9.491	350
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9.491	350
Outros Recursos	-	22
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	22
Total exigível a longo prazo	9.491	372

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,39% a.a. com vencimentos até 17/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

#### NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	37.932	-
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	19.418	-
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	18.514	-
Total circulante	37.932	-

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,11% a.m. com vencimento até 16/11/2018.

#### NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	17.696	15.072
Obrigações por convênios oficiais	4	10
Provisão para pagamentos a efetuar	4.945	4.104
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	147	139
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.132	2.012
Pendências a regularizar	487	309
Operações com cartões	12.319	7.340
Demais fornecedores	1.831	1.305
Credores diversos	1.305	1.026
Total circulante	40.866	31.317

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

#### NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	30	3	(3)	30
Cível	104	42	(34)	112
Tributária	5	-	-	5
Total	139	45	(37)	147

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	30	30
Cível	Provável	112	104
Tributária	Provável	5	5
Total		147	139

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 570 e R\$ 200 (2016 - R\$ 122 para Cível), respectivamente.

#### NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	62.671	48.987
Total de associados	27.867	25.054

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.684 (2016 – R\$ 11.855), sendo R\$ 4.528 (2016 – R\$ 3.348) via integralização de resultados e R\$ 10.909 (2016 – R\$ 9.897), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.753 (2016 – R\$ 1.390).

##### b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.322, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

##### c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Celeiro Centro Oeste - Sicredi Celeiro Centro Oeste, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

## NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o Juro e dos iuros sobre capital próprio	<b>28.186</b>	22.825
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	<b>(11.838)</b>	(9.587)
<b>Exclusões / (Adições):</b>		
Provisão resgate de milhas cartão	<b>39</b>	(1)
Provisão PPR	<b>35</b>	10
Receita com atos cooperativos	<b>10.765</b>	8.699
Juros sobre capital próprio	<b>1.816</b>	1.466
Outros	<b>(817)</b>	(587)
<b>Subtotal</b>	<b>11.838</b>	9.587
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<b>-</b>	-

## NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	<b>444</b>	260
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	<b>176.945</b>	138.249
Outros Créditos - Rendas a receber	<b>695</b>	506
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	<b>1.233</b>	1.265
Despesas antecipadas (Nota 08)	<b>101</b>	74
Investimentos (Nota 09)	<b>13.661</b>	10.831
Intangível (Nota 10)	<b>2.709</b>	2.534
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	<b>241.393</b>	145.610
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	<b>37.932</b>	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	<b>12.213</b>	7.096
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	<b>34</b>	827
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	<b>3.489</b>	2.669
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	<b>16.503</b>	26.125
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	<b>16.137</b>	7.912
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	<b>978</b>	988
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	<b>7.624</b>	5.891

### b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

<b>Natureza da operação</b>	<b>2017</b>	<b>% em relação ao total</b>	<b>2016</b>
Depósitos à vista	<b>155</b>	<b>0,27%</b>	135
Depósitos a prazo	<b>849</b>	<b>0,54%</b>	2.171
Operações de crédito	<b>15.607</b>	<b>3,58%</b>	12.601

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.483	2.039

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	509	384
Despesa de aluguéis	1.879	1.114
Despesa de comunicação	877	795
Despesa de manutenção e conservação	1.287	699
Despesa de material	399	185
Despesa processamento dados	291	196
Despesa de promoções e relações públicas	1.151	1.240
Despesa de propaganda e publicidade	304	221
Despesa de seguro	491	473
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.377	1.160
Despesa de serviços de terceiros	661	381
Despesa de serviços de vigilância e segurança	866	916
Despesa de serviços de técnicos especializados	682	683
Despesa de serviços de transpostes	1.024	873
Despesa de viagem	275	308
Outras despesas administrativas	3.906	3.164
Total	15.979	12.792

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	377	359
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	16.331	18.538
Reversão de provisões operacionais	1.266	2.771
Outras rendas operacionais	1.403	8.741
Total	19.377	30.409

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.291	2.491
Contribuição O.C.E.	128	113
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	623	215
Contribuição Confederação Sicredi	4.451	3.189
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.191	1.141
Encargos da administração financeira	93	101
Repasso administradora de Cartões	517	483
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	640	390
Outras provisões operacionais	1.520	2.889
Outras despesas operacionais	1.353	8.771
Total	11.807	19.783

**NOTA 22 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	117.401	98.813
Total	117.401	98.813

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

## **NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

### **I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

### **II - Risco de Mercado**

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

### **III - Risco de Liquidez**

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

#### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>124.924</b>	94.114
<b>Nível I (NI)</b>	<b>124.924</b>	94.114
<b>Capital principal - CP</b>	<b>124.924</b>	94.114
Capital social	62.671	48.987
Reservas de capital	53.287	37.326
Lucros acumulados	10.855	8.973
Ajustes Prudenciais	(1.889)	(1.172)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>664.200</b>	502.031
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	262	232
Margem de Capital (i)	54.921	44.306
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>18,81%</b>	18,75%
Situação de Imobilização (Imob)	16.089	13.363
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>12,88%</b>	14,20%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

---

**NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Eduardo Duarte Gonçalves  
Diretor Executivo  
CPF: 992.302.831-34

---

Sérgio Aparecido da Silva Coelho  
Diretor de Operações  
CPF: 796.473.911-53

---

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20